



POLÍTICA OPERÁRIA

SOMENTE ATRAVÉS DA LUTA PELA VERDADEIRA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA PODEREMOS DEFENDER OS COTISTAS

Os cotistas desligados no início deste semestre se encontram em um beco sem saída. O pedido de reversão dos desligamentos feito ao Ministério Público foi arquivado, as moções de apoio assinadas pelo CONSUN não servem para nada, as várias reuniões realizadas entre DCE, militantes da esquerda, conselheiros, etc. tampouco encontraram uma resposta ao problema. Não passaram de ações simbólicas infrutíferas. Restou a estes cotistas buscarem individualmente uma solução, o que dificilmente vão encontrar, como ficou comprovado nos desligamentos de 2021.

Este expurgo que vem acontecendo na UFRGS desde que se implementou a matrícula provisória em 2017 tem suas raízes na crise capitalista que sempre atinge primeiro o elo mais fraco. As medidas governamentais de corte orçamentário, antes com Bolsonaro, e agora com Lula, levam a Universidade a tirar, antes de tudo, da minoria proletária que conseguiu acessar o ensino superior. Junto com o ingresso pela cota

socioeconômica vem a necessidade dos auxílios da PRAE, para garantir a permanência. A retirada dos auxílios de parte dos cotistas, os cortes de bolsas, a exigência de uma documentação absurda e praticamente impossível de apresentar e, conseqüentemente, o desligamento de cotistas deixa bem claro a relação destas medidas restritivas com a crise capitalista.

As reitorias, que são braços dos governos, e a burocracia universitária não são capazes de dar uma resposta a esse problema. Para impedir a continuidade da perseguição aos cotistas precisamos organizar a luta pela real autonomia universitária, a qual só pode se realizar através de um governo tripartite para a universidade, formado por estudantes, professores e servidores, eleito através do voto universal na Assembleia Geral Universitária e subordinado à esta. Esse é o único meio de garantir o controle orçamentário e a gestão da universidade pela comunidade acadêmica, de forma democrática.

A LUTA PELO INGRESSO E PERMANÊNCIA É INSEPARÁVEL DA LUTA POR UM SISTEMA ÚNICO DE ENSINO, LAICO E GRATUITO, VINCULADO À PRODUÇÃO SOCIAL

A Lei de Cotas não é suficiente para impor o acesso da juventude oprimida ao ensino superior. Mesmo quando aplicada, permite o ingresso apenas à uma minoria. Isso porque a educação não está voltada a atender as demandas sociais, mas sim as demandas empresariais. O que se comprova pelo fato de quase 90% das instituições de ensino superior serem privadas. Além disso, estamos acompanhando o avanço das empresas privadas nas universidades públicas, através das parcerias com multinacionais no campo de pesquisa e extensão, da terceirização de amplos setores da universidade, da expansão do Ensino à Distância. A própria reforma do ensino médio tem como objetivo subordinar ainda mais a educação aos interesses privados.

Os conteúdos do ensino, por sua vez, estão subordinados à manutenção da exploração capitalista do trabalho e da submissão ideológica dos explorados. A separação do trabalho intelectual do trabalho manual é acentuada ao extremo no sistema capitalista. Por esse motivo, a luta pelo ingresso da juventude oprimida ao ensino superior e pela sua permanência deve ser vinculada à luta pelo fim do vestibular, pela expropriação das instituições privadas e criação um sistema único de ensino, combinando a educação com a produção social. Nesse sentido, o movimento estudantil deve reivindicar a escala móvel de trabalho, que permitirá à juventude oprimida dividir seu tempo entre o trabalho e o estudo.

AS DIREÇÕES ESTUDANTIS DEVEM TER INDEPENDÊNCIA POLÍTICA E ORGANIZATIVA FRENTE AO GOVERNO, À REITORIA E AO CONSUN

Para lutar por estas reivindicações imprescindíveis, as direções estudantis não podem estar subordinadas ao governo federal e aos seus representantes nas universidades, encarnados pelas reitorias, conselhos e administração universitária. As direções da UNE, da UBES e demais organizações estudantis se colocam em defesa da governabilidade de Lula, submetem os DCEs aos desmandos das reitorias e conselhos universitários e não desenvolvem uma política independente, nem organizam o movimento estudantil para combater os ataques à educação e lutar seriamente pelas reivindicações próprias da juventude oprimida. Apostam nos métodos jurídicos e eleitorais e impõem obstáculos ao movimento estudantil, burocratizando os espaços de discussão política. Está colocada a tarefa de superar essas direções traidoras e conciliadoras, que retardam a luta e empurram o movimento estudantil para uma derrota atrás da outra, o que significa constituir novas direções orientadas por uma perspectiva proletária, capaz de levantar uma oposição revolucionária ao governo burguês Lula/Alckmin.

COMO AGE A DIREÇÃO DO DCE DA UFRGS

A situação atual do movimento estudantil da UFRGS é de extremo aparelhamento burocrático pelas forças governistas.

Em termos práticos, ocorre um esvaziamento dos espaços de discussão coletiva, das plenárias, do CEB, das assembleias gerais, geralmente centralizadas na FACED e chamadas pelo DCE sem passar por discussões locais em cada campi (não são construídas através de assembleias por DA), além de sequer haver mobilização para participação dos estudantes, sendo divulgadas apenas pelas redes sociais.

O último “CEB Ampliado” contou com a participação de apenas 45 pessoas, sem expressar significativamente o conjunto dos diretórios e centros acadêmicos (e, principalmente, os estudantes de modo geral). Além disso, foram convidados conselheiros para a reunião que deveria organizar a luta estudantil, demonstrando completa subserviência à burocracia universitária e ilusões nas “soluções” institucionais.

O motivo do esvaziamento desses espaços e abertura para a participação da burocracia universitária decorre do apoio das correntes políticas que compõem o movimento estudantil ao governo de frente ampla de Lula/Alckmin. Estes partidos e “coletivos” não só procuram omitir os ataques do governo – como o Arcabouço Fiscal que impacta diretamente no orçamento das Universidades –, mas os defendem. E por esse motivo, também abrem mão dos métodos históricos de luta dos explorados, as ocupações, greves, bloqueios, manifestações massivas nas ruas, e direcionam a luta para os métodos institucionais:

processos jurídicos, regularizações de editais, exigências ao CONSUN, etc.

Para garantir o imobilismo do movimento estudantil, isolam deliberadamente os problemas de grupos específicos dos problemas da universidade, desaguando no corporativismo. Assim, a questão dos estudantes indeferidos pela matrícula precária não é relacionada com a situação orçamentária da universidade que está, por sua vez, associada com a continuidade da austeridade sob o novo teto de gastos, uma situação geral que afeta as bolsas, a assistência estudantil, precariza o trabalho dos técnicos, deteriora as condições de infraestrutura, etc. Aparece apenas como sendo um problema causado pela reitoria interventora, cuja solução seria a deposição de Bulhões e Patrícia e a eleição de outro reitor mais alinhado ao governo e a estes partidos e “coletivos” que o sustentam.

Em suma, esse aparelhamento conduzirá inevitavelmente à continuidade da exclusão da minoria estudantil proletarizada, algo que só poderá ser revertido se a base estudantil impuser às direções a organização da luta e os métodos para levá-la adiante, se colocando em oposição radical ao governo, exigindo um movimento unificado dos explorados, denunciando e impondo o fim das medidas que precarizam e tornam a universidade inacessível a maioria oprimida. Só com a força da luta coletiva dos explorados as questões mais particulares (como a luta dos estudantes cotistas contra a matrícula precária) vingará. ■

TODOS À ASSEMBLEIA GERAL!

A Assembleia Geral ocorrerá no dia 8 de agosto, no campus da FACED, às 18h30. O CEB deliberou que nenhum outro assunto além da situação dos cotistas desligados deverá ser discutido pela Assembleia e que esta pauta deve ser relacionada à campanha contra o atual reitor. O isolamento dos cotistas e essa linha política devem ser rechaçados! É preciso impor às direções do DCE e DAs que convoquem as Assembleias por cursos e campi! Só se colocará fim a perseguição aos cotistas com a unidade do movimento estudantil em luta por suas reivindicações através dos métodos de ação direta. O caminho proposto pela direção do DCE e pelos partidos aliados do governo é o caminho da derrota!